



# Transformações no centro: projetos de remodelação, desenvolvimento urbano e espaço público

Transformations in the center: remodeling  
projects, urban development and public space

*Alexandre Fabiano Benvenuti<sup>1</sup>, UNISUL,  
alexandre.benvenuti@usp.br*

---

<sup>1</sup> Arquiteto e Urbanista (UNISUL), Doutorado pela FAUUSP.

## RESUMO

Este artigo analisa as transformações urbanas realizadas na área central de Curitiba no decorrer na década de 1970, processo que envolveu a elaboração e a execução de projetos para a ampliação das áreas de lazer, arborização das principais vias, melhoramentos das ruas e praças, implantação de áreas exclusivas para pedestres, além de programas para a “revitalização” do Setor Histórico. Elaborados e promovidos para oferecer novos espaços culturais e de sociabilidade, preservando o patrimônio arquitetônico e “valorizando” a identidade local, bem como para otimizar a infraestrutura para proporcionar o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população, os planos de intervenção ganharam relevância e estímulo dentro de uma dinâmica marcada também pela ascensão de interesses comerciais e imobiliários. Considerando tal contexto, serão investigados os impactos dessas propostas no espaço público e nas relações de sociabilidade dos usuários da cidade.

**Palavras Chave:** projeto de urbanismo, espaço público, infraestrutura.

## ABSTRACT

This article analyzes the urban transformation carried out in the central area of Curitiba during the 1970s, a process that involved the development and implementation of projects for the expansion of recreational areas, afforestation of main roads, street improvements and squares, deployment pedestrian zones, as well as programs for the "revitalization" of the Historical Sector. Developed and promoted to offer new cultural and sociability spaces, preserving the architectural heritage and "valuing" local identity as well as to optimize the infrastructure to provide economic development and improving people's quality of life, the intervention plans won relevance and stimulus within a dynamic also marked by the rise of commercial and real estate interests. Considering this context, the impact of these proposals on public space and on personal relations of the city's users will be investigated.

**Keywords:** urban planning project, public space, urban infrastructure.

## INTRODUÇÃO

Durante o período de 1970 a 1983 Curitiba passou por importantes transformações urbanas, alterando a paisagem e definindo o futuro crescimento e expansão da capital paranaense. Entre os projetos realizados destaca-se a implantação dos eixos estruturais, transporte de massa, grandes parques públicos, definição de rígidos parâmetros de uso e ocupação do solo entre outros.

A área central recebeu atenção especial da municipalidade, com a elaboração e a execução de projetos para a ampliação das áreas de lazer, arborização das principais vias, melhoramentos das ruas e praças, implantação de áreas exclusivas para pedestres, além de programas para a “revitalização” do Setor Histórico.

Elaborados e promovidos para oferecer novos espaços culturais e de sociabilidade, preservando o patrimônio arquitetônico e “valorizando” a identidade local, bem como para otimizar a infraestrutura para proporcionar o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população, os planos de intervenção ganharam relevância e estímulo dentro de uma dinâmica marcada também pela ascensão de interesses comerciais e imobiliários. Considerando tal contexto, serão apresentados os principais projetos para a área central e, ao mesmo tempo, analisados os impactos dessas propostas no espaço público e nas relações de sociabilidade dos usuários da cidade.

## A REMODELAÇÃO DO CENTRO

O Plano Diretor de Curitiba de 1966, definiu e orientou o planejamento urbano da capital paranaense a partir das seguintes diretrizes básicas: estrutura de planejamento integrado, desenvolvimento urbano no eixo nordeste-sudoeste, hierarquia das vias de circulação, crescimento linear do centro principal servido por vias tangenciais de circulação rápida, caracterização dos espaços de uso exclusivo para pedestres, adequação e ampliação das áreas verdes, renovação urbana, preservação histórico-tradicional e a constituição de uma paisagem específica para Curitiba. (IPPUC, 1966, p.51). Após o processo de institucionalização no Plano Diretor, teve início a etapa de detalhamento, trabalho realizado ao longo da década de 1960 pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC.

A execução das obras ocorreu apenas a partir de 1971, iniciando um período de intensas atividades de intervenção no espaço, transformando a cidade em verdadeiro “canteiro de obras” (Gazeta do Povo, 13/12/1975), com a concretização de grandes projetos que definiram a paisagem e o futuro crescimento urbano. Dentro do conjunto de obras realizadas, especificamente, na área central, destacaram-se a remodelação das principais vias, os melhoramentos das praças e largos, a implantação de espaços exclusivos para pedestres e a “revitalização” do Setor Histórico.

O processo de construção das áreas exclusivas para pedestres foi iniciado em abril de 1966, quando a Travessa Oliveira Belo, pequeno trecho localizado entre a Rua Luiz Xavier e a Praça Zacarias, foi fechada à circulação de veículos. A obra foi concluída e entregue ao público em setembro do mesmo ano, constituindo-se na primeira área exclusiva de pedestre da cidade. (Faraco, 2002, p. 154). Mas foi a partir de 1972 que ocorreu a ação decisiva da Prefeitura Municipal para promover a expansão e a consolidação desses espaços, tendo como ponto de partida o histórico fechamento da Rua XV de Novembro em 19 de maio de 1972. A escolha da data e do horário, estrategicamente planejada, final de tarde de uma sexta-feira, impediu que comerciantes insatisfeitos “impetrassem mandado de segurança contra a prefeitura” (Menezes,

1996, p.92), garantindo tempo suficiente aos trabalhos de calçamento na rua com “petit-pavé”, a colocação de floreiras e árvores. (O Estado do Paraná, 21/05/1972, p.08).

O projeto previa a supressão da circulação de automóveis e a transformação da referida via em amplo calçadão, com implantação de nova pavimentação, mobiliários e equipamentos destinados ao lazer e à convivência, além da arborização e jardins. Porém, a proposta encontrou forte resistência de muitos proprietários de estabelecimentos comerciais, insatisfeitos com a imposição do projeto e a falta de consulta pública, assim como também manifestavam receios quanto à possível diminuição do movimento de clientes:

Os técnicos pretendem, em suma, presentear Curitiba com uma rua que seja uma festa. Seria conveniente, entretanto, que se perguntasse ao curitibano se ele quer realmente essa rua festiva, ou se quer de volta a sua principal artéria comercial, que está sendo gradual e implacavelmente destruída.

O presente que os técnicos municipais estão preparando para os curitibanos, fechando definitivamente a Rua XV, "para equipará-la culturalmente", pode ser um autêntico presente de grego. O grande problema é que ninguém está consultando o presenteado, para saber se ele aceita ou repudia o presente. (O Estado do Paraná, 18/05/1972, p.03).

Superado os momentos iniciais mais críticos da disputa envolvendo administração municipal e comerciantes opostos à ideia do calçadão, os quais logo perceberam as vantagens da intensa movimentação que passou a ocorrer na frente das lojas e vitrines, a prefeitura dedicou esforços para a expansão, processo que foi acompanhado da introdução de atividades culturais como as sessões de artes plásticas ao ar livre direcionada ao público infantil (Gazeta do Povo, 27/05/1972), disposição de mobiliário e demais equipamentos como bancos, nova iluminação, quiosques, novo modelo de banca para venda de revistas, a instalação de um antigo bonde elétrico desativado e adaptado para usos culturais em 1973, bem como melhorias nos serviços de limpeza pública, cuidados relativos ao paisagismo, com a arborização e a fixação de vasos com flores ao longo de todo o calçadão.

Além desses benefícios, sobressaiu-se o espaço denominado “sala de estar” da cidade (O Estado do Paraná, 24/11/1972, p.08), instalada em 18 de fevereiro de 1973 (Mendonça, 1991) em um trecho da Rua XV de Novembro compreendido entre a Rua Dr. Murici e Avenida Marechal Floriano, "um completo mobiliário urbano" formado pelo conjunto de quatro quiosques com estrutura de aço e cobertura de acrílico dispostos em uma área total de 64 metros quadrados, cada qual oferecendo serviço específico: café com espaço anexo para degustação, venda de material turístico e um posto para a venda de selos (O Estado do Paraná, 05/11/1972, p.08).

Integrada à “sala de estar” também estava a “Torre de Informação”, uma estrutura metálica com “forma estilizada de um pinheiro”, descrita como “estética e funcional” (O Estado do Paraná, 05/11/1972, p.08), localizada no centro do calçadão e ao lado das bancas de serviços, destinada à divulgação de eventos. Composta por estruturas metálicas e cobertura de acrílico, seguindo o modelo padrão dos quiosques, porém, destacando-se verticalmente em relação a esses, a “Torre de Informação” apresentava quatro painéis para anúncios de atividades culturais locais: o primeiro, disposto na parte mais alta da estrutura, exibia eventos como maior tempo de duração, como congressos, seminários e feiras; o segundo era dedicado à programação dos museus; o terceiro destinado aos espetáculos teatrais e ao cinema; e, por fim, o quarto painel, próximo ao passeio, anunciava shows, concertos musicais e eventos esportivos. (O Estado do Paraná, 05/11/1972, p.08).

O plano para a consolidação das áreas exclusivas para pedestres envolveu, além da Rua XV de Novembro, outros logradouros na área central. Em 1976, os jornais anunciavam obras de implantação do calçadão na Rua Saldanha Marinho, trecho entre Rua do Rosário e Rua José Bonifácio, e, mencionando também a futura expansão da área exclusiva de pedestres para toda a Rua José Bonifácio (Gazeta do Povo, 02/06/1976, p.05), via estratégica para o acesso ao Largo da Ordem, conforme apontado pelo Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba de 1970.

Em março de 1979, a imprensa voltou a mencionar novas propostas para a ampliação destes espaços, envolvendo ruas como Monsenhor Celso (trecho entre Rua XV de Novembro e Av. Marechal Deodoro), Rua Jesuíno Marcondes (trecho entre Rua Emiliano Pernetá e Praça Osório), área leste à Praça Osório, parte da Rua Comendador Araújo, entorno da Praça Tiradentes e a área em frente ao Edifício Asa (trecho entre a Rua Voluntários da Pátria e Alameda Cabral). (Gazeta do Povo, 10/03/1979). Posteriormente, com modificações e aprimoramentos, o projeto continuou sendo elaborado e executado no decorrer da década de 1980.

Dentro do plano de espaços exclusivos para pedestres, o calçadão da Rua XV de Novembro transformou-se em um dos principais “símbolos da modernidade emergente” (Sanchez, 1997, p.31). A sua constituição e perpetuação enquanto símbolo não foi resultado apenas da “criatividade” ou da aceitação da coletividade. Como representava o projeto que efetivamente inaugurou um período de sucessivas intervenções, o plano e seus resultados foram continuamente divulgados através dos meios de comunicação, buscando convencer a população dos benefícios das demais transformações urbanas em andamento.

As preocupações em proporcionar espaços adequados ao desenvolvimento comercial, também estavam sintonizadas com as expectativas do setor hoteleiro e turístico, que, constantemente, reclamava, por meio da imprensa, a falta de pontos referenciais de “atrações à cidade para conter o visitante por mais de uma noite” e exigia investimentos para inserir Curitiba no chamado Eixo de Turismo “que liga as grandes cidades do Prata às principais capitais brasileiras” (O Estado do Paraná, 27/07/1972, p.06).

Praças, largos e ruas receberam atenção especial da prefeitura. O programa de “revitalização” das praças consistia na remodelação e complementação, promovendo significativos melhoramentos no que se refere aos acessos, circulação, segurança, pavimentação, iluminação, arborização e instalação de equipamentos para esporte.

O Plano de Recreação de 1974 mencionava como objetivo “dotar a cidade de aparelhos necessários para uma adequada ocupação do tempo livre de seus habitantes, criando novas opções de ordem recreativa e cultural” (IPPUC, 1974, p.01). As propostas para o “espaço organizado de recreação” compreendiam Ruas de Recreio, Largos e Praças, Núcleos Ambientais, Pontos de Encontro, Centros Recreativos Educacionais Integrados, Centros Esportivos, Convênios com Clubes, Áreas Verdes e Parques, direcionadas tanto para o centro como para os bairros da capital.

Apesar das novas praças adaptadas ao “lazer moderno” totalizarem um número considerável, esses novos espaços de convivência não, necessariamente, convergiam com as necessidades ou expectativas de muitos usuários ou mesmo de parte da população:

O centro está se aperfeiçoando, ficando cada dia mais bonito, com obras sensacionais; mas os bairros estão abandonados, um vexame! (...) O problema da Rua Eurípedes Garcez do Nascimento reflete, na realidade, um problema

geral, que atinge todos os bairros da cidade. Quem transita, por exemplo, pelo Portão, Vila Hauer, Vila Fanny, Vila Camargo, Vila Oficinas, Capanema, Uberaba e outros, chega, por vezes, a duvidar da existência de uma prefeitura. (Gazeta do Povo, 18/04/1973, p.06).

O descontentamento ou o desinteresse em relação às novas possibilidades de lazer e entretenimento no centro, não representou, propriamente, um posicionamento contrário aos melhoramentos, mas revelava que, na lista de prioridades, também figuravam outras questões igualmente importantes para os bairros mais pobres, como o serviço de água potável, sistema de esgotos, limpeza pública, educação, segurança, transporte, habitação de qualidade entre outras.

Entre os estudos voltados à elaboração de propostas concernentes à preservação do patrimônio histórico, destacou-se o Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba. As proposições presentes neste documento antecedem o Decreto Municipal nº 1.160/1971, o qual, de fato, delimitou oficialmente o “Setor Histórico”, localizado entre o Bairro São Francisco e o centro tradicional.

A proposta apresentada ao público versava sobre “revitalizar” e “integrar” esses espaços à vida urbana, beneficiando, na perspectiva da prefeitura, usuários e turistas. Entre as medidas de preservação propostas destacavam-se: classificação das edificações (unidades monumento, unidades de acompanhamento e unidades incharacterísticas), orientações técnicas para restauração, tombamento de edificações, incentivos fiscais como a isenção de impostos municipais à recuperação e preservação das edificações, isenção de impostos às atividades comerciais que contribuíssem com a promoção das unidades de preservação e o financiamento dos trabalhos de restauração (IPPUC, 1970).

Ao mesmo tempo, ganha ênfase as discussões sobre o controle das práticas sociais. Salientava-se a necessidade de um zoneamento na referida área, considerando, importante não apenas para monitorar as edificações antigas e as novas construções, mas controlar o espaço, estimulando “usos compatíveis”, restringindo determinadas práticas não condizentes com o perfil econômico do novo público consumidor. As considerações direcionadas ao turista como o “principal usuário dos bens preservados” (IPPUC, 1970, p.01) também significaram privilegiar o consumidor, ao invés do usuário da cidade, reforçando o controle do espaço público no “Setor Histórico”, desestimulando práticas populares ou usos espontâneos desvinculados dos interesses turísticos e comerciais.

A seleção de espaços “representativos” da história também foi importante para conferir uma nova identidade à cidade, particularmente relacionada com o “padrão de vida urbano” voltado “às novas camadas médias detentoras de capital cultural e simbólico” (Sanchez, 1997, p. 91), imagem que passou a ser utilizada à divulgação da cidade no âmbito nacional e internacional nas décadas seguintes.

Simultâneo às transformações urbanas na área central e no “Setor Histórico”, determinadas normas foram elaboradas e acentuadas para garantir o controle do espaço público “humanizado”. O Decreto Municipal nº 1636, de 31 de dezembro de 1971, publicado no Diário Oficial (1971), estabeleceu uma área “terminantemente proibida a atividade do comércio ambulante de qualquer natureza”. O perímetro da área envolvia (Figura 01) o respectivo itinerário: da Avenida Mateus Leme, esquina com Rua Augusto Severo, seguindo por essa via até a Rua Marechal Hermes; seguindo por essa até a Rua Mauá; seguindo por essa até a Rua Agostinho Leão Júnior; seguindo por essa até Rua Ubaldino do Amaral; seguindo por essa até a Avenida Sete de Setembro;

seguindo por essa até a Rua 24 de Maio; seguindo por essa até a Rua Visconde de Nacar; seguindo por essa até a Rua Saldanha Marinho; seguindo por essa até a Rua Dr. Murici; seguindo por essa até a Praça Garibaldi; seguindo por essa até a rua Trajano Reis; seguindo por essa até a Rua 13 de Maio; seguindo por essa até a Avenida Mateus Leme; seguindo por essa até a Rua Augusto Severo.

O perímetro estabelecido, pela Prefeitura Municipal, envolvia a área central “revitalizada”, o “cartão postal”, a Rua XV de Novembro, parte do Setor Histórico e as áreas livres para pedestres, constituindo-se uma nítida tentativa por parte das autoridades de controlar a população pobre e disciplinar os usos do espaço público.

De acordo com os jornais, a fiscalização da Prefeitura Municipal exercia vigilância diária, entre 08 às 22 horas, priorizando reforços e ampliação da equipe de controle nos períodos festivos como Natal, Páscoa ou Dia das Mães, épocas em que o comércio central apresentava maior movimento de consumidores. Os ambulantes que desrespeitassem a legislação em vigor, classificados pelas autoridades como “infratores”, recebiam uma advertência inicial e, posteriormente, para os casos de reincidência, multa com apreensão de mercadoria e “fichamento” para identificação dos envolvidos. Para os ambulantes proprietários dos tradicionais “carrinhos de pipoca”, a prefeitura delimitou como área livre para exercerem suas atividades apenas as praças Rui Barbosa, Carlos Gomes e Santos Andrade (Gestão do Povo, 07/07/1972).

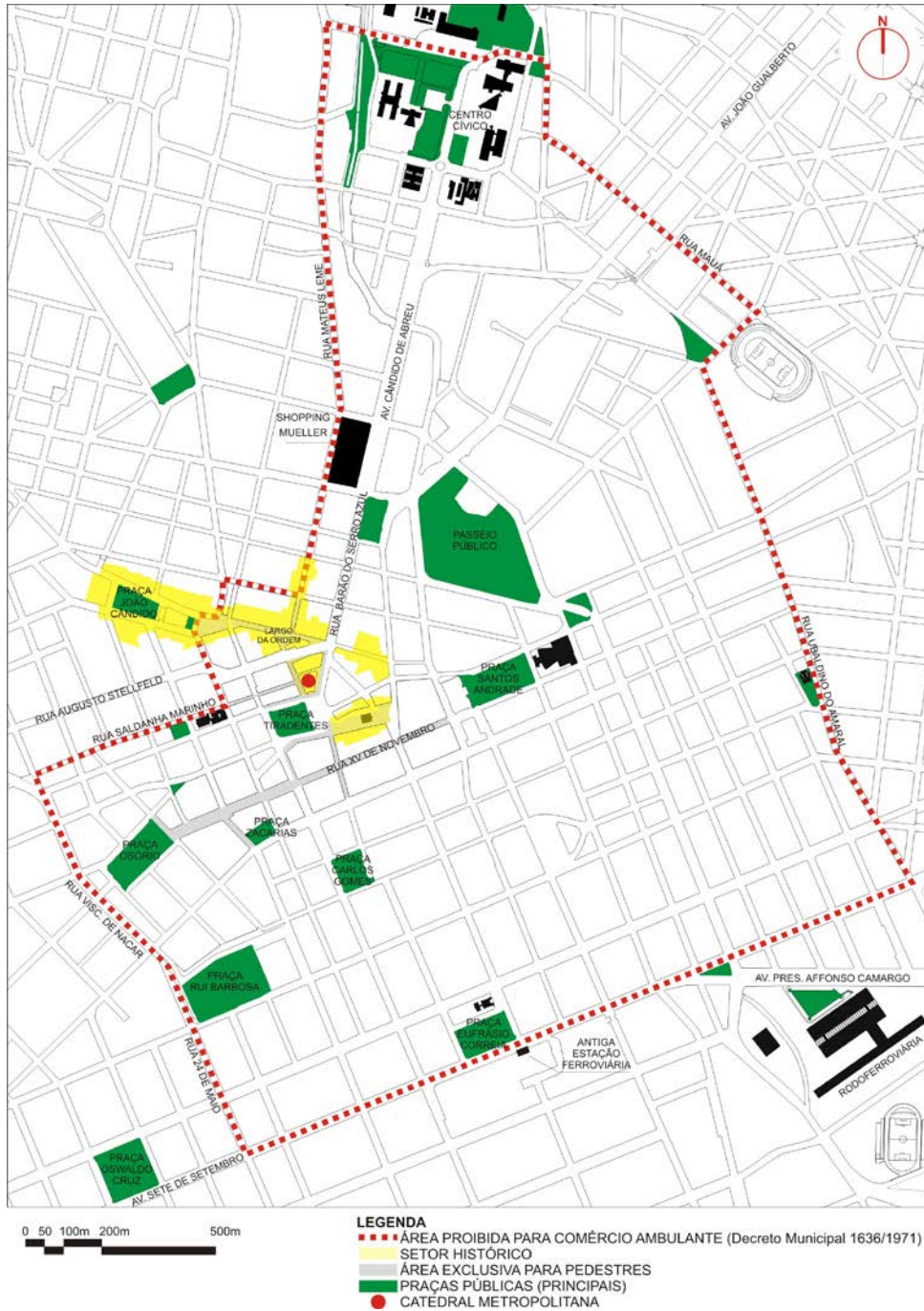


Figura 01: Área definida pelo Decreto Municipal nº1636/1971 como proibida para comércio ambulante.

(Fonte: DIÁRIO OFICIAL. *Decreto Municipal nº 1636, 31/12/1971*, p.07; IPPUC. *Arruamento de Curitiba*: 2012. Curitiba: IPPUC, 2012). Dados editados pelo autor.



Em 1974, em razão das dificuldades em exercer um controle eficiente sobre o comércio ambulante de acordo com as expectativas de autoridades, comerciantes e mesmo de parte do próprio público, a Prefeitura Municipal, utilizando-se do pretexto de "tornar a cidade mais limpa e mais humana", impõe novos prazos aos vendedores ambulantes. As categorias, imediatamente, atingidas naquele momento foram os vendedores de garapa, lanches e banqueiros (vendedores de revistas), os quais receberam ultimato para a regularização:

A Prefeitura Municipal de Curitiba, de um momento para outro resolveu abrir fogo contra todos os tipos de comerciantes ambulantes de Curitiba, usando a justificativa de "tornar a cidade mais limpa e mais humana".

Adotou como lema a frase "quem quiser comerciar que se estabeleça" e começou a cassar as licenças de vendedores de lanches, banqueiros, e mais recentemente vendedores de caldo de cana, dando-lhes o prazo até o dia 16 de maio próximo para se estabelecerem ou mudarem de ramo. (Gazeta do Povo, 23/04/1974).

Para a frustração das autoridades, as medidas aplicadas não obtiveram o resultado esperado. Nos anos posteriores à instituição do referido decreto, jornais relatavam a presença constante de vendedores ambulantes na área proibida, além de conflitos envolvendo trabalhadores e fiscais da prefeitura. A insistência dos trabalhadores ambulantes em utilizar livremente o espaço público recebeu, inclusive, apoio por parte da população.

As atividades desenvolvidas pelos vendedores de revistas também foram alvo de atenção por parte da fiscalização. De acordo com a imprensa, as tentativas de controle da administração municipal sobre o comércio de revistas iniciaram-se em 1971, relacionadas com dois decretos, respectivamente, Decreto Municipal nº 1221/1971 de 08/08/1971 e Decreto Municipal nº 1428/71 de 29/10/1971, enfatizando regras para disciplinar os pontos de venda e instituir um modelo de banca padrão para todos os vendedores; medidas que a municipalidade considerava como necessárias para proporcionar "aspecto condizente com a estética da cidade" (Gazeta do Povo, 18/05/1973).

Ao contrário do que a prefeitura argumentava, os vendedores de revistas não criticavam a padronização, mas, sim, a forma como o processo estava sendo conduzido, desconsiderando a opinião e a experiência dos próprios trabalhadores e comerciantes envolvidos com tais práticas, enfatizando ainda que o preço elevado dificultava a aquisição do novo modelo. (Gazeta do Povo, 31/05/1974).

Além da fiscalização sobre vendedores ambulantes e de revistas, a imprensa também registrou posicionamentos e manifestações contrários à presença da população pobre na área central. Para os segmentos favoráveis ao rigoroso controle sobre o espaço público, as contradições e as desigualdades sociais representariam um "quadro esteticamente negativo" ao cenário do convívio voltado ao consumo:

De tempos em tempo Curitiba é assolada por uma onda de mendigos que invade as ruas centrais, praças, bares e restaurantes, pedindo esmolas e implorando um prato de comida e, quando não, revirando as latas de lixo à cata de alimentos... quadro esteticamente negativo. (Gazeta do Povo, 11/08/1973, p.06).

De acordo com Janoschka (2011), as transformações espaciais empreendidas para adequar as cidades às necessidades do mercado promovem o enfraquecimento do próprio espaço público,

impondo normas e padrões de sociabilidade condizentes com o consumo e os interesses de grupos mais abastados, ao mesmo tempo que promoveram a exclusão social, a criminalização dos usos e das práticas não condizentes com as novas dinâmicas econômicas.

Janoschka (2011), em análise sobre as políticas urbanas implementadas sobre o contexto neoliberal nos grandes centros urbanos, ressalta os impactos dos programas de intervenção urbana realizados nas áreas centrais. Classificadas, muitas vezes, como “decadentes” ou “estagnadas”, essas áreas ou bairros são completamente transformados em espaços propícios ao consumo das camadas média e média-alta. Acompanhando a “renovação” desses espaços, o poder público implementa um conjunto de regras e normas, para disciplinar os usos e as condutas populares, em uma tentativa de resguardar valores condizentes com as políticas de consumo das camadas mais abastadas:

... es frecuente que se establezcan estrategias que subordinan la vida urbana exclusivamente al uso comercial, lúdico y estético. (...) Este giro contradice toda idea de participación y apropiación de lugares por los propios habitantes. Al contrario, toda ‘diferencia’ se excluye con fervor para no molestar a los ‘clientes’ del espacio... (Janoschka, 2011, p. 122).

Contradizendo o discurso enunciado pelas autoridades e instituições, que alegavam a conservação do patrimônio histórico, bem como a promoção de novas oportunidades de trabalho e de melhorias na qualidade de vida da população, a tendência de converter o espaço público em ambiente de consumo, a exemplo dos processos ocorridos em cidades como Buenos Aires, Salvador, Bogotá, Cidade do México entre outras, caracterizou-se pela gradativa substituição dos valores culturais tradicionais e espontâneos, pela sistemática expulsão das camadas populares e dos grupos sociais menos favorecidos que ocupavam e vivenciavam as regiões e espaços cobiçados pelos interesses imobiliários e comerciais (Janoschka, 2011, p. 122).

Brenner, Peck e Theodore (2009) também ressaltam as contradições das políticas urbanas voltadas para impulsionar o mercado, as quais buscam promover, simultaneamente, desenvolvimento econômico, estímulo ao consumo das camadas mais abastadas e controle sobre as populações excluídas desse processo:

La meta última de tales experimentos neoliberales de políticas urbanas es movilizar espacios de la ciudad tanto para el crecimiento económico orientado al mercado, como para las prácticas de consumo de las elites, asegurando al mismo tiempo el orden y el control de las poblaciones excluídas. (Brenner, Peck e Theodore, 2009, p.08)

Além da infraestrutura disponibilizada pelo Estado e dos novos critérios definidos para a ocupação e uso do solo, a produção imobiliária de mercado também foi beneficiada pela imagem da “cidade humana”. Acompanhando a realização dos grandes projetos urbanos, o setor imobiliário atuou no sentido de diferenciar seus produtos, articulando discursos diretamente relacionados ou que aludiam à ideia de “humanização” do espaço urbano, diferenciando seus “novos” empreendimentos justamente por estarem localizados nas proximidades ou inseridos em áreas com infraestrutura pública como, por exemplo, parques, praças revitalizadas, áreas de lazer, serviços de transporte de massa, rede de abastecimento de água, sistema de esgotos, pavimentação entre outros.

O “desenvolvimento urbano” e o “progresso” da área central e dos bairros com infraestrutura, contrastava com a situação “lastimável” dos bairros pobres, favelas e de vários empreendimentos

da COHAB-CT, localizados, em sua maioria, nas áreas mais afastadas. Através da seção jornalística *Coluna do Leitor*, publicada diariamente pela Gazeta do Povo ao longo das décadas de 1970 e 1980, usuários da cidade e moradores de áreas excluídas dos melhoramentos urbanos, relataram, continuamente, o descaso das administrações municipais, a falta de rede de abastecimento de água, a inexistência de sistema de esgotos, ausência de pavimentação, de áreas verdes e de lazer, bem como a precariedade dos serviços de limpeza, transporte coletivo, energia elétrica entre outros.

As desigualdades sociais e espaciais presentes no cotidiano das metrópoles, por sua vez, abrangem disputas e conflitos contínuos, entre grupos capitalistas, Estado, usuários da cidade, moradores, trabalhadores, entre outros. Como destaca Gottdiener (2010), a produção do espaço envolve relações complexas e contraditórias, porém não desprovidas de lógica, constituindo-se como um processo de “renegociação” permanente, entre interesses de grupos capitalistas dominantes e demais grupos, incluindo a própria sociedade, não beneficiada e que sustenta os impactos das políticas pautadas na construção da cidade com vistas à acumulação de capital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de transformação espacial implementado em Curitiba na década de 1970 e nos primeiros anos de 1980 caracterizou-se, simultaneamente, como complexo e contraditório. Pautado pelo discurso institucional em defesa do fortalecimento do espaço público, dos espaços de convivência entre os cidadãos, da preservação da identidade social e histórica da cidade, a implantação dos projetos urbanos foi acompanhada por intenções e tentativas de controlar os usos e as práticas sociais nesses mesmos espaços “revitalizados”.

As transformações espaciais realizadas na área central resultaram na disponibilização de infraestrutura, equipamentos de lazer e na realização de importantes melhoramentos. Porém, os valores manifestados no referido contexto também revelam a predominância de interesses privados no desenvolvimento do centro, os quais repercutiram para a constituição de um espaço caracterizado pelos conflitos, resistências e pela desigualdade social.

## BIBLIOGRAFIA

- BRENNER, Neil; PECK, Jamie; THEODORE, Nick. *Urbanismo neoliberal: la ciudad y el império de los mercados*. Temas Sociales, Santiago, n° 66, p. 01-11, mar. 2009.
- DIÁRIO OFICIAL - ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA. *Decreto Municipal n° 1636, de 31 de dezembro de 1971. Estabelece nova delimitação da área proibida para atividade do Comércio Ambulante*. Diário Oficial, Curitiba, 31 dez. 1971, p. 07.
- DIÁRIO OFICIAL - ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA. *Decreto Municipal n° 1428, de 26 de outubro de 1971. Regulamentando a instalação de bancas*. Diário Oficial, Curitiba, 12 nov. 1971, p. 01.
- DIÁRIO OFICIAL - ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA. *Decreto Municipal n° 1221, de 20 de agosto de 1971. Regulamentando a instalação de bancas*. Diário Oficial, Curitiba, 10 set. 1971, p. 03.

FARACO, Jose Luiz. *Planejamento urbano no Paraná: a experiência de Curitiba*. Tese Doutorado (Arquitetura e Urbanismo), FAUUSP, São Paulo, 2002.

GAZETA DO POVO. Curitiba: 1970 - 1980.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 2010.

IPPUC. *Arruamento de Curitiba: 2012*. Curitiba: IPPUC, 2012.

IPPUC. *Plano de Recreação*. Curitiba: IPPUC, 1974.

IPPUC. *Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba*. Curitiba: IPPUC, 1970.

IPPUC. *Plano Diretor de Curitiba 1966: processo n° 91/1966*. Curitiba: IPPUC, 1996.

JANOSCHKA, Michael. Geografías urbanas en la era del neoliberalismo: Una conceptualización de la resistencia local a través de la participación y la ciudadanía urbana. *Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía UNAM*, n° 76, pp. 118-132, 2011.

MENDONÇA, Maria Luiza Nascimento. *Linha vermelha: pegadas da memória*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1991.

MENEZES, Claudino Luiz. *Desenvolvimento urbano e meio ambiente: a experiência de Curitiba*. Campinas: Papyrus, 1996.

O ESTADO DO PARANÁ. Curitiba: 1970 - 1980.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. *Decreto Municipal n° 1160, de 05 de agosto de 1971 - Dispondo sobre o setor histórico de Curitiba*. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1971.

SANCHEZ, Fernanda Ester. *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.